

IAN KERSHAW

ATÉ AO FIM

DESTRUIÇÃO E DERROTA
DA ALEMANHA DE HITLER

TRADUÇÃO
ANA SALDANHA



ÍNDICE

Agradecimentos	9
Prefácio	13
<i>Dramatis personae</i>	21
Abreviaturas	27
Introdução: Derrocada em chamas	33
1. Um choque para o sistema	51
2. Colapso no Ocidente	103
3. Uma amostra do horror	155
4. Esperanças criadas e frustradas	205
5. Calamidade no Leste	259
6. O terror chega à Pátria	315
7. O desmoronamento dos alicerces	369
8. Implosão	433
9. Liquidação	507
Conclusão: Anatomia da autodestruição	559
Notas	581
Lista de fontes de arquivo citadas	673
Lista de obras citadas	674
Lista de ilustrações	693
Lista de mapas	694
Índice remissivo	695

DRAMATIS PERSONAE

A lista que se segue inclui apenas os líderes políticos e militares alemães que de algum modo têm um papel de relevo no texto, e limita-se a indicar os cargos ou as patentes nos meses abrangidos neste livro, de julho de 1944 a maio de 1945.

LÍDERES POLÍTICOS REICH

BORMANN, MARTIN (1900-1945): chefe da chancelaria do partido; secretário de Hitler.

GOEBBELS, JOSEPH (1879-1945): ministro do Reich para a Informação Popular e Propaganda; plenipotenciário do Reich para a guerra total a partir de julho de 1944.

GÖRING, HERMANN, marechal do Reich (1893-1946): sucessor nomeado de Hitler; chefe do Plano de Quatro Anos; presidente do Conselho de Defesa do Reich; comandante-chefe da Luftwaffe.

HIMMLER, HEINRICH (1900-1945): Reichsführer SS; chefe da polícia alemã; comissário do Reich para o Fortalecimento da Germanidade; ministro do Interior do Reich e plenipotenciário para a Administração do Reich; comandante-chefe do Exército de Substituição a partir de julho de 1944.

HITLER, ADOLF (1889-1945): líder; chefe de Estado; chefe do governo do Reich; líder do Partido Nazi; supremo comandante da Wehrmacht; comandante-chefe das forças armadas.

KALTENBRUNNER, ERNST (1903-1946): SS-Obergruppenführer; chefe da polícia de segurança e dos serviços de segurança.

KRITZINGER; WILHELM (1890-1947): secretário de Estado na Chancelaria do Reich.

LAMMERS, HANS-HEINRICH (1879-1962): ministro do Reich e chefe da Chancelaria do Reich.

LEY, ROBERT (1890-1945): líder de organização do Reich do Partido Nazi; líder da Frente Alemã do Trabalho.

RIBBENTROP, JOACHIM VON (1893-1946): ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich.

SCHWERIN VON KROSIGK, LUTZ GRAF (1887-1977): ministro das Finanças do Reich; primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de Dönitz.

SEYSS-INQUART, ARTHUR (1892-1946): comissário do Reich para os territórios ocupados dos Países Baixos.

SPEER, ALBERT (1905-81): ministro do Reich para o Armamento e a Produção de Guerra; ministro da Indústria do Reich e da Produção no governo de Dönitz.

STUCKART, WILHELM (1902-53): SS-Obergruppenführer; secretário de Estado no Ministério do Interior do Reich; ministro do Interior do Reich no governo de Dönitz.

REGIONAL

GIESLER, PAUL (1895-1945): Gauleiter de Munique-Alta Baviera.

GREISER, ARTHUR (1897-1946): Gauleiter de Reichsgau Wartheland.

GROHÉ, JOSEF (1902-88): Gauleiter de Colónia-Aix-la-Chapelle.

HANKE, KARL (1903-45): Gauleiter da Baixa Silésia.

HOFER, FRANZ (1902-75): Gauleiter do Tirol.

HOLZ, KARL (1895-1945): Gauleiter da Francónia.

KOCH, ERICH (1896-1986): Gauleiter da Prússia Oriental.

RUCKDESCHEL, LUDWIG (1907-86): Gauleiter de Bayreuth, abril-maio de 1945.

WÄCHTLER, FRITZ (1891-1945): Gauleiter de Bayreuth até abril de 1945.

WAHL, KARL (1892-1981): Gauleiter da Suábia.

CHEFES MILITARES

BLASKOWITZ, JOHANNES, coronel-general (1883-1948): comandante-chefe do Grupo de Exércitos G, entre maio e setembro de 1944 e de dezembro de 1944 a janeiro de 1945; comandante-chefe do Grupo de Exércitos H, entre janeiro e abril de 1945.

DIETRICH, SEPP, SS-Obergruppenführer e coronel-general da Waffen-SS (1892-1966): comandante do Sexto Exército Panzer SS, de outubro de 1944 a maio de 1945.

DÖNITZ, KARL, grão-almirante (1891-1980): comandante-chefe da marinha; presidente do Reich após a morte de Hitler.

GUDERIAN, HEINZ, coronel-general (1888-1954): chefe do Estado-Maior-General do Exército, de julho de 1944 a março de 1945.

HARPE, JOSEF, coronel-general (1887-1968): comandante-chefe do Grupo de Exércitos A, de setembro de 1944 a janeiro de 1945. Comandante do Quinto Exército Panzer, de março a abril de 1945.

HAUSSER, PAUL, SS-Obergruppenführer e coronel-general da Waffen-SS (1880-1972): comandante-chefe do Grupo de Exércitos G, de janeiro a abril de 1945.

HEINRICI, GOTTHARD, coronel-general (1886-1971): comandante do Primeiro Exército Panzer, de agosto de 1944 a março de 1945; comandante-chefe do Grupo de Exércitos Vístula, de março a abril de 1945.

HOSSBACH, FRIEDRICH, general (1894-1980): comandante do Quarto Exército, de julho de 1944 a janeiro de 1945.

JODL, ALFRED, coronel-general (1890-1946): chefe do estado-maior de operações da Wehrmacht no Alto Comando da Wehrmacht.

KEITEL, WILHELM, marechal (1882-1946): chefe do Alto Comando da Wehrmacht.

KESSELRING, ALBERT, marechal (1885-1960): comandante-chefe do Sul até março de 1945; comandante-chefe do Ocidente, de março a abril de 1945.

MANTEUFFEL, HASSO VON, general das tropas *panzer* (1897-1978): comandante do Quinto Exército Panzer, de setembro de 1944 a março de 1945; comandante do Terceiro Exército Panzer, de março a maio de 1945.

MODEL, WALTER, marechal (1891-1945): comandante-chefe do Grupo de Exércitos Centro, de junho a agosto de 1944; comandante-chefe do Ocidente, de agosto a setembro de 1944; comandante-chefe do Grupo de Exércitos B, de setembro de 1944 a abril de 1945.

REINHARDT, GEORG-HANS, coronel-general (1887-1963): comandante-chefe do Grupo de Exércitos Centro, de agosto de 1944 a janeiro de 1945.

RENDULIÉ, LOTHAR, coronel-general (1887-1971): comandante-chefe do Grupo de Exércitos Curlândia, em janeiro de 1945 e em março e abril de 1945; comandante-chefe do Grupo de Exércitos Norte, de janeiro a março de 1945; comandante-chefe do Grupo de Exércitos Sul (cujo nome mudou para «Ostmark» no final de abril), de abril a maio de 1945.

RUNDSTEDT, GERD VON, marechal (1875-1953): comandante-chefe do Ocidente, de setembro de 1944 a março de 1945.

SCHÖRNER, FERDINAND, coronel-general e, a partir de 5 de abril de 1945, marechal (1892-1973): comandante-chefe do Grupo de Exércitos Norte, de julho de 1944 a janeiro de 1945; comandante-chefe do Grupo de Exércitos Centro, de janeiro a maio de 1945.

VIETINGHOFF-SCHEEL, HEINRICH VON, coronel-general (1887-1952): comandante-chefe do Grupo de Exércitos Curlândia, de janeiro a março de 1945; comandante-chefe do Sul, de março a maio de 1945.

WOLFF, KARL, SS-Obergruppenführer, general da Waffen-SS (1900-1984): a partir de julho de 1944, general plenipotenciário da Wehrmacht alemã em Itália.

ABREVIATURAS

BAB	Bundesarchiv Berlin/Lichterfelde
BA/MA	Bundesarchiv/Militärarchiv, Friburgo
BDC	Berlin Document Center
BfZ	Bibliothek für Zeitgeschichte, Württembergische Landesbibliothek, Estugarda
BHStA	Bayerisches Hauptstaatsarchiv, Munique
DNB	Deutsches Nachrichtenbüro (agencia noticiosa alemã)
<i>DRZW</i>	<i>Das Deutsche Reich und der Zweite Weltkrieg</i>
<i>DZW</i>	<i>Deutschland im Zweiten Weltkrieg</i>
HSSPF	Höherer SS- und Polizeiführer (alto(s) líder(es) da polícia e das SS)
IfZ	Institut für Zeitgeschichte, Munique
IMT	International Military Tribunal (Tribunal Militar Internacional)
ITS	Internacional Tracing Service, Bad Arolsen (Serviço Internacional de Investigações)
IWM	Imperial War Museum, Duxford
<i>KTB/OKW</i>	<i>Kriegstagebuch des Oberkommando der Wehrmacht</i>
<i>KTB/SKL</i>	<i>Kriegstagebuch der Seekriegsleitung</i>
LHC	Liddell Hart Centre for Military Archives, King's College, Londres
<i>MadR</i>	<i>Meldungen aus dem Reich</i>
NAL	National Archives London (Arquivos Nacionais, anteriormente Public Record Office)

Nbg.-Dok.	Nürberg-Dokument [documento(s) do julgamento não publicado(s)]
NL	Nachlaß (papéis pessoais)
NSDAP	Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nazi)
NSFO	Nationalsozialistische Führungsoffizier (Oficial de Liderança Nacional-Socialista)
NSV	Nationalsozialistische Volkswohlfahrt (Organização Nacional-Socialista de Assistência Social do Povo)
OKH	Oberkommando des Heeres (Alto Comando do Exército)
OKW	Oberkommando der Wehrmacht (Alto Comando das Forças Armadas)
OT	Organisation Todt
PWE	Political Warfare Executive (Direção Política da Guerra)
RPÄ	Reichspropagandaämter
RPvNB/OP	Regierungspräsident von Niederbayern und der Oberpfalz [Presidente do Governo (Chefe da Administração Regional) da Baixa Baviera e do Alto Palatinado]
RPvOB	Regierungspräsident von Oberbayern und der Oberpfalz (Presidente do Governo da Alta Baviera)
RPvOF/MF	Regierungspräsident von Oberfranken und Mittelfranken (Presidente do Governo da Alta Francónia e da Francónia Central)
RVK	Reichsverteidigungskommissar(e) [Comissário(s) de Defesa do Reich]
SD	Sicherheitsdienst (Serviços Secretos)
SHAEF	Supreme Headquarters Allied Expeditionary Force (Quartel-General Supremo da Força Expedicionária Aliada)

ABBREVIATURAS

StAA	Staatsarchiv Augsburg
StAM	Staatsarchiv München
TBJG	<i>Die Tagebücher von Joseph Goebbels</i>
VB	<i>Völkischer Beobachter</i>
VfZ	<i>Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte</i>
YVS	<i>Yad Vashem Studies</i>

Para os títulos completos dos livros, ver a lista de obras citadas, pp. 674; para informação pormenorizada sobre arquivos, ver lista de fontes de arquivo citadas, pp. 673. As contribuições em *DRZW* são citadas por autor só nas notas; os títulos são dados na lista de obras citadas.

ATÉ AO FIM

INTRODUÇÃO: DERROCADA EM CHAMAS

Quarta-feira, 18 de abril de 1945: as tropas americanas estão às portas da cidade de Ansbach, a capital administrativa da Francónia Central. O líder distrital nazi fugiu durante a noite, a maior parte dos soldados alemães foi transferida para sul, há dias que os habitantes da cidade estão acampados em abrigos antiaéreos. Qualquer raciocínio normal apontaria para a rendição, mas o comandante militar da cidade, o doutor Ernst Meyer – um coronel da Luftwaffe, com cinquenta anos e um doutoramento em Física –, é um nazi fanático e insiste em lutar até ao fim. Robert Limpert, um estudante de Teologia de dezanove anos, declarado inapto para o serviço militar, decide agir para evitar que a sua cidade seja destruída numa última batalha sem sentido.

Limpert presenciara a completa devastação da bela cidade de Würzburg, provocada pelo bombardeamento dos Aliados no mês anterior. Esta experiência levava-o a tomar a perigosa iniciativa de distribuir panfletos no início de abril a defender a rendição sem resistência de Ansbach, com os seus edifícios pitorescos de estilo barroco e rococó ainda intactos. Agora, decide correr um risco ainda maior. Por volta das onze horas, nessa bela manhã de primavera, corta os fios telefónicos que, pensa, ligam a base do comandante à unidade da Wehrmacht nos arredores da cidade – na realidade, uma tentativa inútil de sabotagem, porque a base fora transferida sem que ele soubesse. É visto por dois rapazes, membros da Juventude Hitleriana, que o denunciam. A questão é tratada com carácter

de urgência pelas autoridades policiais locais. Um agente enviado a casa de Limpert descobre o rapaz, na posse de uma pistola e de provas incriminatórias, e prende-o.

A polícia local comunica a detenção ao chefe da administração civil, que ainda funciona em Ansbach, e este telefona ao comandante militar, na altura, ausente da cidade. Previsivelmente enfurecido pela notícia, o comandante dirige-se a toda a pressa à esquadra e estabelece prontamente um tribunal de três homens, constituído pelo chefe da esquadra, o vice-chefe e o assistente do próprio comandante. Após um «julgamento» de farsa, que demora uns escassos minutos e em que o réu não é autorizado a falar, o comandante pronuncia uma sentença de morte a ser aplicada imediatamente.

Quando lhe está a ser colocada uma corda à volta do pescoço, junto ao portão da câmara municipal, Limpert consegue libertar-se e fugir, mas ao fim de uma centena de metros é apanhado pela polícia, pontapeado e agarrado pelo cabelo e trazido de volta, à força e a gritar. Ninguém na multidão que se juntou faz o mínimo gesto para o ajudar. Na verdade, alguns até lhe dão murros e pontapés. Mas a sua desgraça ainda não terminou. Colocam-lhe de novo a corda à volta do pescoço e penduram-no. A corda parte-se e ele cai por terra. Voltam a colocar-lhe a corda ao pescoço e, finalmente, é enforcado na praça da câmara. O comandante ordena que o seu corpo seja deixado pendurado «até feder». Pouco depois, requisita uma bicicleta e foge imediatamente da cidade. Quatro horas mais tarde, os Americanos entram em Ansbach sem que um único tiro seja disparado e cortam a corda que sustém o corpo de Robert Limpert¹.

Como este sombrio episódio demonstra, o regime nazi funcionou até ao último momento na sua repressão terrorista. Mas não é apenas um exemplo de um comandante nazi raivoso, o doutor Meyer, coronel da Luftwaffe, a despachar implacavelmente um alegado traidor e sabotador, não é apenas um exemplo do regime a impor a sua vontade através da força superior. Mesmo confrontados

com tal fanatismo, os polícias, cientes de que os Americanos estavam prestes a entrar na cidade, poderiam ter agido de modo a evitar problemas futuros com a força ocupante, arrastando o processo de detenção e o interrogatório de Limpert. Em vez disso, optaram por seguir o regulamento à risca e cumprir o que consideravam ser o seu dever de maneira tão expedita quanto possível, continuando a agir como guardiães menores de uma lei que, como mais tarde afirmaram ter compreendido na altura, já não passava da expressão da vontade arbitrária do comandante.

O mesmo poderia dizer-se do chefe da administração civil local. Também ele poderia ter usado a sua experiência e a sua consciência do fim iminente para arrastar o processo. Mas optou por fazer todos os possíveis para acelerar o processo e cooperar com o comandante. Os habitantes da cidade, que se dirigiram à praça da câmara e viram Limpert escapar, poderiam ter ido em seu auxílio. No entanto, alguns chegaram a ajudar a polícia a arrastar o rapaz, que se debatia, para o local da execução. Em Ansbach, a todos os níveis, nestas circunstâncias extremas e nestes momentos finais da guerra, os que detinham o poder continuaram a trabalhar em prol dos interesses do regime e, ao fazê-lo, não deixaram de ter o apoio do povo.

Incidentes tão arrepiantes como este, em que alguns habitantes locais tentavam evitar uma destruição sem sentido e se depararam com retaliações selváticas, enquanto outros continuavam dispostos a dar apoio à repressão exercida pelos funcionários do regime, não foram caso raro nas últimas fases da guerra mais terrível da História. Poderia escolher dezenas de outros casos para ilustrar o funcionamento continuado do regime de terror – agora, nos últimos meses do conflito, dirigido contra os próprios cidadãos e contra trabalhadores estrangeiros, prisioneiros, judeus e outros há muito considerados inimigos².

Não foi apenas com demonstrações de terror cada vez mais descontroladas de fanáticos e desesperados que o regime continuou

a sustentar-se até ao fim. O mais importante foi o comportamento dos militares. Se a Wehrmacht tivesse deixado de funcionar, ter-se-ia assistido ao colapso do regime. Os sinais de dissolução e de desintegração na Wehrmacht eram visíveis a vários níveis nos últimos estádios da guerra, mais obviamente no Ocidente. Havia soldados a desertar, apesar da ameaça de punições brutais. No início de 1945, no Ocidente, a maioria sentia que continuar a combater não fazia sentido e ansiava apenas por voltar para junto da família. No entanto, a Wehrmacht continuava empenhada no combate. Os generais e os comandantes de campo ainda emitiam ordens, mesmo nas circunstâncias mais desesperadas. E essas ordens eram obedecidas.

Debaixo da chuva de bombas, na confusão da destruição de vilas e de cidades, quando o Reich entrava em colapso perante forças imensamente superiores no Leste e no Ocidente, uma aparência de «normalidade» no caos crescente mantinha-se enquanto a burocracia se esforçava ao máximo para continuar a funcionar. Era evidente que o Reich estava a contrair-se dia a dia, que os canais de comunicação entravam em colapso, que a rede de transportes estava praticamente desmantelada. Serviços básicos como o abastecimento de gás, de energia elétrica e de água já não estavam disponíveis para milhões de lares e a máquina burocrática deparava-se com um elevado número de enormes problemas práticos. Mas onde a Alemanha não se tinha ainda rendido às forças ocupantes não havia anarquia. A administração civil continuava a funcionar, embora de modo ineficiente, em face da extrema adversidade e da imensa deslocação. Tanto os tribunais militares como os civis continuavam a pronunciar sentenças cada vez mais severas. Os soldos e os salários continuavam a ser pagos em abril de 1945³. As bolsas de estudo concedidas por um importante organismo académico em Berlim continuaram a ser pagas aos estudantes estrangeiros até às últimas semanas da guerra, sendo mesmo consideradas um investimento para uma influência continuada da Alemanha na «nova Europa»⁴.

Apesar dos entraves crescentes, a distribuição das rações alimentares cada vez mais restritas foi mantida com dificuldade e, cada vez mais com recurso a meios improvisados, os correios continuaram de certo modo a funcionar. Existiam ainda algumas formas limitadas de entretenimento como parte de uma estratégia consciente para manter o ânimo e distrair a atenção, por breves instantes, da tragédia que se desenrolava. Realizou-se um último concerto pela Filarmónica de Berlim a 12 de abril, quatro dias antes de ser lançado o ataque soviético à capital do Reich. O final do *Crepúsculo dos Deuses* de Richard Wagner constava do programa⁵. Alguns cinemas mantiveram-se abertos. Uma semana antes da rendição de Estugarda, a 22 de abril, os seus habitantes podiam encontrar uma distração momentânea do trauma que viviam indo ao cinema ver *A Mulher dos Meus Sonhos*⁶. Continuavam a disputar-se jogos de futebol. O último desafio durante a guerra realizou-se em 23 de abril de 1945, tendo o Bayern de Munique, «Gaumeister» de 1945, vencido o clube rival local, o Munique 1860, por 3-2⁷. Eram ainda publicados jornais truncados. O principal jornal nazi, o *Völkischer Beobachter*, continuou a ser publicado na parte não ocupada da Alemanha meridional até ao fim. A sua última edição, a 28 de abril de 1945, dois dias antes do suicídio de Hitler no *bunker* de Berlim, ostentava o título: «Fortaleza Baviera.»

As razões para o colapso da Alemanha são evidentes e bem conhecidas. São menos óbvias as razões por que e como o Reich de Hitler continuou a funcionar até ao fim. É o que este livro procura explicar.

O facto de o regime ter resistido até ao fim – e de a guerra só ter terminado quando a Alemanha foi militarmente obrigada a render-se, a sua economia destruída, as suas cidades em ruínas, o país ocupado por potências estrangeiras – é historicamente uma extrema raridade. As guerras entre Estados na era moderna têm usualmente terminado com uma espécie de acordo negociado. As elites que

governam um Estado defrontado com a derrota militar, geralmente, pedem a paz em determinado momento e, sob pressão, acabam por chegar a um acordo territorial, por mais desvantajoso que seja. O fim da Primeira Guerra Mundial seguiu este padrão. O fim da Segunda Guerra Mundial foi completamente diferente. Os governantes da Alemanha em 1945, sabendo que a guerra estava perdida e que os esperava a completa destruição, continuaram dispostos a combater até o seu país ser praticamente obliterado.

Os regimes autoritários, confrontados com uma derrota em guerras impopulares e aparentando encaminhar-se para uma situação desastrosa, não costumam sobreviver para presidir à catástrofe declarada. No passado, alguns foram derrubados por uma revolução das bases, como na Rússia em 1917 e na Alemanha em 1918 (neste último caso, depois de a elite militar ter tomado medidas para pôr fim a uma guerra perdida). Outros – o desenvolvimento mais comum – são derrubados por um golpe interno de elites que não estão dispostas a ser arrastadas pela queda do regime e pretendem salvar ainda alguma coisa. A deposição de Mussolini pelo seu Grande Conselho Fascista em 1943 é um bom exemplo. A Alemanha, pelo contrário, embora fosse universalmente reconhecido que o regime estava no fim, não só por gente comum mas também por gente em posições de poder, tanto civis como militares, continuou a lutar até ficar completamente destruída e, o que não aconteceu em 1918, sob ocupação estrangeira⁸. Só vêm à mente duas situações aproximadamente paralelas, os casos do Japão, em 1945 (que, no entanto, se rendeu quando o país não estava ainda ocupado), e, mais recentemente – e, neste caso, muito vagamente (dada a guerra muito curta e militarmente desigual) –, do Iraque de Saddam Hussein.

O contraste entre 1918 e 1945 na Alemanha levanta mais uma vez a questão: como e porque a Alemanha de Hitler conseguiu lutar até ao fim cruel? Não haveria outra conclusão possível para o terrível conflito? E se não, porque não? «O verdadeiro enigma», foi

apropriadamente observado, «é porque é que quem queria sobreviver combateu e matou tão desesperada e ferozmente quase até aos últimos momentos da guerra⁹.»

Na Primeira Guerra Mundial não tinha havido exigências de «rendição incondicional» por parte dos Aliados. A fórmula apresentada pelo presidente dos Estados Unidos da América Franklin D. Roosevelt na Conferência de Casablanca em janeiro de 1943, com a concordância do primeiro-ministro britânico Winston Churchill, constituiu a primeira vez que não foram propostas a um Estado soberano quaisquer condições a não ser a total e incondicional capitulação¹⁰. Isto foi frequentemente utilizado nos primeiros anos do pós-guerra, particularmente por generais alemães, como a única explicação adequada para a luta prolongada da Alemanha, porque, dizia-se, a exigência de «rendição incondicional» excluía qualquer outra alternativa¹¹. Alguns ex-soldados, muito depois de a guerra terminar, ainda insistiam que isso ajudara a motivá-los para continuarem a combater¹². É sem dúvida possível argumentar que essa exigência foi contraproducente e que acabou por fazer o jogo da propaganda nazi. Como tal, contribuiu, pelo menos inicialmente, para reforçar a vontade de resistir, mas é duvidoso se a atribuição da culpa aos Aliados por uma política errónea de «rendição incondicional» é mais do que uma «desculpa esfarrapada»¹³ como um estudioso apelidou. Segundo o general Walter Warlimont, o vice-chefe de operações do Alto Comando da Wehrmacht (OKW), «quase não se lhe prestou atenção» no OKW e «não houve qualquer análise, por parte do comando operacional do OKW, das suas consequências militares»¹⁴. Por outras palavras, não teve qualquer impacte na estratégia – ou falta de estratégia – adotada pela liderança militar alemã na última fase da guerra. As respostas à questão das razões por que a Alemanha continuou a lutar têm sido menos procuradas na exigência dos Aliados, quaisquer que tenham sido os seus méritos ou deficiências, do que nas

estruturas do regime alemão na sua fase final e nas mentalidades que deram forma às suas ações.

Porque é que, ao contrário do que aconteceu em 1918, o povo alemão não se sublevou contra um regime que tão obviamente o estava a levar à perdição? No pós-guerra, ao povo alemão, que começava a recompor a sua vida após o trauma de tanta morte e destruição e não tinha pressa para explorar as causas mais profundas da catástrofe que se abatera sobre o seu país, não parecia necessário procurar outra explicação a não ser a natureza terrorista do regime nazi. Era fácil e de algum modo reconfortante para os alemães verem-se como vítimas inocentes da opressão implacável dos seus brutais governantes, limitados na possibilidade de qualquer ação por um Estado policial totalitário. Estes sentimentos eram compreensíveis e, como se demonstrará em capítulos seguintes, certamente não injustificados. É claro que existia uma linha inegavelmente apologética na forma como essa explicação podia ser e foi usada na Alemanha do pós-guerra para isentar praticamente toda a sociedade da culpa dos crimes atribuídos a Hitler, o ditador todo-poderoso, e a uma clique de líderes nazis criminosamente implacáveis. Mas também as interpretações dos estudiosos no período do pós-guerra deram uma ênfase extraordinária ao terror e à repressão no teorema do «totalitarismo» que dominava grande parte da literatura das ciências históricas e políticas nessa época (embora sem assestar o foco diretamente na última fase da guerra)¹⁵.

Inquestionavelmente, o terror é de importância crítica para responder à questão como e porque o regime continuou a funcionar até ao fim. Como veremos, o nível de repressão terrorista, que, num efeito de ricochete foi redirecionado do tratamento dado aos povos conquistados para os próprios alemães e para alegados «inimigos raciais», explica em grande medida porque não houve uma revolução popular, porque não foi possível um levantamento de massas organizado. Dado o nível de repressão, juntamente com a enorme

deslocação nos últimos meses, uma revolução das bases, como no final da Primeira Guerra Mundial, era uma impossibilidade. Mas o terror não pode explicar completamente a capacidade de o regime continuar a lutar. Não foi o terror que impeliu as elites do regime. O terror não explica o comportamento dos paladinos do regime – tanto os que partilhavam a mentalidade do *Crepúsculo dos Deuses* de Hitler e estavam dispostos a ver a Alemanha afundar-se em chamas como o número muito mais elevado dos que procuravam salvar a sua pele. Não explica a continuação do funcionamento da burocracia governamental tanto a nível central como local. Ainda menos explica a disposição da Wehrmacht – pelo menos a disposição dos líderes da Wehrmacht – para continuar a lutar. O terror também não explica o comportamento dos membros do regime, a diferentes níveis, que estavam dispostos a *usar* esse mesmo terror até ao último momento, quando já não servia qualquer objetivo racional.

Embora depois da Guerra Fria o teorema do «totalitarismo» tenha sofrido uma espécie de renascimento¹⁶, a ênfase no terror e na repressão como formas de controlo da «sociedade totalitária» não voltou a recuperar o terreno que detinha na era do pós-guerra na interpretação do comportamento do povo alemão durante o Terceiro Reich. Pelo contrário, a investigação tende cada vez mais a pôr a ênfase no apoio entusiástico do povo alemão ao regime nazi e na sua colaboração voluntária e cumplicidade em políticas que conduziram à guerra e ao genocídio¹⁷. «Resta uma questão», comentou um observador alemão. «O que nos levou a seguir [Hitler] até ao abismo, como as crianças na história da flauta mágica? O *puuzzele* não é Adolf Hitler. Nós é que somos o *puuzzele*»¹⁸. Este comentário, deixando de parte a questão do ludíbrio, pressupõe uma unidade essencial, até ao fim, entre governantes e governados.

A ênfase que costumava dar-se à sociedade e ao regime em conflito¹⁹ – essencialmente pressupondo uma tirania *sobre* um povo em

grande medida relutante, mas coartado – transferiu-se para uma sociedade acorrentada aos objetivos do regime, amplamente sintonizada e apoiante das políticas racistas e expansionistas e totalmente por detrás do seu esforço de guerra. A constante propaganda nazi resultou; foi «a guerra que Hitler ganhou», segundo uma interpretação proposta há muitos anos²⁰. Afirmam-se agora com frequência que os nazis foram bem-sucedidos nos esforços de inculcar no povo o sentido de que pertencia a uma «comunidade do povo» nacional-racista inclusiva, definida pela exclusão dos judeus e de outros elementos considerados inferiores e inaptos para pertencerem a essa comunidade, unificada pela necessidade de defender a nação contra os inimigos poderosos que a rodeavam e que ameaçavam a sua própria existência²¹. «Apesar da desilusão e do azedume de grande parte da população alemã nos últimos anos da guerra, a “comunidade do povo” permaneceu intacta até ao fim cruel», como afirmou um estudioso²². Além disso, o regime de Hitler tinha «comprado» a população alemã, garantindo a sua lealdade ao proporcionar-lhe um padrão de vida sustentado pelo saque dos territórios ocupados²³. Embora usualmente se aceite que esta «comunidade do povo» começava a desintegrar-se face à derrota iminente, o apoio duradouro ao nazismo – cimentado pela consciência dos terríveis crimes alemães – continua a ser aduzido como uma das razões significativas para que o regime de Hitler continuasse a resistir até ao fim²⁴. «A legitimidade básica do Terceiro Reich permaneceu intacta», sustenta outro historiador, «porque os alemães não conseguiam imaginar uma alternativa desejável ao nacional-socialismo», demonstrando um «notável empenhamento no nacional-socialismo durante a guerra.» A subsequente sensação de terem sido traídos pelo nazismo «apoiava-se numa forte identificação com o Terceiro Reich até ao momento do abandono»²⁵. No que constitui, provavelmente, o apogeu desta abordagem, foi sugerido que «a grande maioria do povo alemão não tardou a sentir-se devotada a Hitler apoiando-o

até ao final cruel em 1945». «Algumas pessoas», reconhece-se, insinuando que se tratava de uma ínfima minoria, «já estavam fartas», mas o consenso que sustentara a ditadura desde o início, segundo este argumento, manteve-se até ao fim²⁶.

Nos capítulos seguintes será apresentada uma quantidade substancial de provas que lançam dúvidas sobre esta interpretação. Será questionada a hipótese de a escala do terror ou a extensão do apoio ao regime providenciarem uma explicação cabal para a sua capacidade de resistir até a Alemanha ficar reduzida a escombros. No entanto, se nem o terror nem o apoio incondicional a explicam, o que poderá fazê-lo?

De imediato, levanta-se uma série de questões. Para além do alcance da exigência dos Aliados de uma «rendição incondicional», poderia perguntar-se até que ponto os seus erros em termos de estratégia e de tática, que indubitavelmente ocorreram, enfraqueceram as tentativas para pôr fim à guerra e fizeram aumentar temporariamente a confiança dos defensores alemães. Mas seja qual for o significado que se possa atribuir a tais fatores, as razões determinantes para que a Alemanha continuasse a lutar têm, com certeza, de ser explicadas internamente, de dentro do Terceiro Reich, em vez de externamente, através das políticas dos Aliados. Que peso, por exemplo, deveríamos atribuir ao sentimento dos líderes nazis de que nada tinham a perder se continuassem a lutar, porque, de qualquer modo, já tinham «queimado as pontes»? Que significado teve o alargamento substancial do âmbito dos poderes do Partido Nazi na fase final, quando procurava revitalizar-se evocando o espírito do «período de dificuldades» anterior a 1933? Quais foram os contributos de uma burocracia de Estado altamente qualificada e competente, apesar da crescente desordem administrativa, por fim, mesmo avassaladora, para a capacidade de resistir? Que importância teve o temor inspirado pelo Exército Vermelho na persistência da luta até ao fim? Porque se dispuseram os oficiais alemães, especialmente os generais

em postos cruciais de comando, a continuar a lutar mesmo depois de reconhecerem a inutilidade dos esforços e o absurdo das ordens que lhes eram dadas? E que papel desempenharam os líderes nazis abaixo de Hitler – em especial o quadrunvirato de Bormann, Himmler, Goebbels e Speer – e os «vice-reis» regionais, os Gauleiter, na garantia de que o esforço de guerra fosse sustentado, apesar dos sinais negativos crescentes e, finalmente, avassaladores, até o regime se ter destruído na voragem da derrota militar total? Em particular, até que ponto foi indispensável o papel de Speer na persistência em arrostar com enormes obstáculos para obter armamento para a Wehrmacht? Finalmente, embora de modo algum menos importante, há a considerar o papel desempenhado por Hitler e a fidelidade duradoura que congregava no seio das elites do poder alemão.

Uma resposta – simples, mas obviamente inadequada – à questão como e porquê a Alemanha resistiu até ao fim é, de facto, que Hitler sempre se recusou determinadamente a considerar a hipótese da capitulação, pelo que não havia alternativa a continuar a lutar. Mesmo na catacumba do seu *bunker*, com as fronteiras entre a fantasia e a realidade cada vez mais esbatidas, o domínio de Hitler só terminou com o seu suicídio a 30 de abril de 1945. Um princípio norteador da sua «carreira» era a vingança pela humilhação nacional de 1918; a «síndrome de 1918» estava profundamente entranhada na sua psique²⁷. Não haveria, como declarava com frequência e insistentemente, uma repetição de 1918, uma nova versão da capitulação «cobarde» no final da Primeira Guerra Mundial. A destruição com a honra intacta, lutando até ao fim, a obediência ao código militar quase mítico de combater até à última bala, a criação de uma lenda de valentia para a posteridade a partir do desespero da derrota e, acima de tudo, a glorificação na história do seu próprio legado, que considerava único e heroico, eram para ele infinitamente preferíveis a negociar uma rendição «vergonhosa». Como pessoalmente não tinha futuro após a derrota, não sentia

dificuldade em adotar uma abordagem suicida. Mas esta não era autodestrutiva apenas a título pessoal. Significava também condenar o seu povo e o seu país à destruição. O povo alemão, aos seus olhos, tinha-o decepcionado, não provara merecer a sua liderança. Podia ser sacrificado. Sem ele, de facto, como lhe dizia o seu ego monstruoso, tudo era sacrificável. Na sua maneira de pensar crua-mente dualista, sempre se tratara de vitória ou de destruição. Seguiu sem hesitações a sua lógica.

O papel central de Hitler nos impulsos autodestrutivos da Alemanha quando o Reich entrou em colapso é óbvio. Acima de tudo, o seu poder continuado constituiu uma barreira a qualquer possibilidade, que os seus paladinos estavam dispostos a explorar, de negociar uma saída para a escalada de morte e de destruição. Mas esta constatação somente nos traz de volta à questão: porque pôde fazê-lo? Porque continuaram as suas ordens a ser cumpridas, quando era óbvio para todos à sua volta que ele os estava a arrastar para o abismo e a levar o seu país para a perdição? Mesmo aceitando que Hitler era um indivíduo autodestrutivo, porque as elites do poder abaixo dele – militares, partidárias, governamentais – lhe permitiram bloquear todas as saídas racionais? Porque não se fez mais nenhuma tentativa, após o golpe falhado de julho de 1944, para deter a determinação de Hitler de continuar a guerra? Porque estavam os líderes nazis e os comandantes militares seus subordinados dispostos a segui-lo até à completa destruição do Reich? Não era por quererem segui-lo no seu objetivo de destruição pessoal. Logo após a morte de Hitler, fizeram o que puderam para evitar o abismo. Quase todos os líderes nazis fugiram, ansiosos por não seguir o exemplo de autoimolação de Hitler. Em rápida sucessão, os comandantes militares mostravam-se então dispostos a capitular parcialmente, continuando a combater só para passar o maior número possível dos seus homens para as zonas ocidentais, fora do alcance do Exército Vermelho. Alguns alimentavam até a fantasia de virem a ser úteis aos Aliados.

A capitulação total ocorreu pouco mais de uma semana depois do último ato do drama no *bunker*. Rapidamente se sucedeu a neutralização de nazis em fuga, sem nada por que lutar. A ocupação iniciou a tarefa de organizar a situação caótica e de tentar estabelecer novas formas e novos padrões de governo. Por isso, Hitler foi indubitavelmente de importância crucial até ao último momento. Mas o seu poder persistente manteve-se porque outros o sustentaram, porque não tinham a vontade ou a capacidade de o desafiar.

A questão estende-se, por conseguinte, para além da personalidade intratável de Hitler e da sua adesão inflexível ao dogma absurdamente polarizado da vitória total ou da derrota total. Estende-se até à própria natureza do poder de Hitler e às estruturas e mentalidades que o sustentaram, acima de tudo no seio da elite do poder.

O caráter da ditadura de Hitler pode apropriadamente ser descrito como uma forma de «poder carismático»²⁸. Estruturalmente, assemelha-se em certos aspetos a uma forma moderna de monarquia absoluta. Tal como um monarca absoluto, Hitler estava rodeado por cortesãos lisonjeadores (mesmo que a sua corte não tivesse o esplendor de Versalhes ou de Sanssouci); dependia de funcionários e de notáveis da província, ligados a ele por laços de lealdade pessoal, para implementar diretivas e supervisionar o cumprimento das suas ordens; e confiava em marechais fiéis (soberbamente recompensados com generosos donativos em dinheiro e terras) para conduzir as suas guerras. No entanto, a analogia desvanecia-se rapidamente quando se incluem as componentes cruciais do Estado moderno – uma burocracia complicada e mecanismos (aqui, principalmente nas mãos de um partido monopolizador) para orquestrar o apoio e o controlo populares. Uma parte importante do edifício, que crucialmente reforçou a autoridade de Hitler e lhe proporcionou um estatuto de intocável, quase de deus, pairando acima de todas as instituições do Estado nazi, foi o apoio maciço dos plebiscitos, que uma combinação de propaganda e de repressão contribuiu

para obter. Por mais fabricada que fosse a imagem, não é possível pôr em dúvida a genuína e imensa popularidade de Hitler entre a grande massa do povo alemão até meados da guerra. Mas a partir do primeiro inverno russo de 1941 tudo aponta para que esta popularidade estivesse a enfraquecer. A partir do inverno seguinte – o inverno do grave revés de Estalinegrado, pelo qual Hitler foi considerado diretamente responsável – entrou em declínio acentuado. Em termos de apelo de massas, portanto, o «carisma» de Hitler foi minado de forma terminal quando a guerra começou a azedar e as derrotas a aumentar. No entanto, do ponto de vista estrutural, o seu «poder carismático» estava ainda longe do fim. Mesmo comparado com outros regimes autoritários, o de Hitler era, desde o início, personalizado a um grau extremo, desde 1933. Não existia nenhum politburo, conselho de guerra, gabinete (desde 1938), junta militar, senado ou grupo de ministros para mediar ou controlar o seu poder. Nada que se aproximasse, por exemplo, do Grande Conselho Fascista que desencadeou a deposição de Mussolini em 1943. Um marco vital deste «poder carismático» personalizado era, desde o início, a erosão e a fragmentação do governo. Em meados de 1944, quando se inicia o período abordado neste livro – num momento de intenso choque e de reestruturação interna, imediatamente depois do ataque bombista falhado de 20 de julho de 1944 –, o processo de fragmentação expandira-se e aumentara de modo muito considerável. Nenhum organismo unificado desafiava o poder de Hitler. Dito de outra maneira, as estruturas e as mentalidades do «poder carismático» persistiram até mesmo quando a popularidade de Hitler começava a entrar em colapso. Não foram mantidas, principalmente, por uma fé cega em Hitler. Mais importante ainda, para nazis fanáticos, era o sentimento de que não tinham futuro sem Hitler. Este sentimento criava um potente laço negativo: os seus destinos estavam inextricavelmente ligados. Era a lealdade dos que queimaram as pontes, juntos, e agora não tinham saída. Para muitos

dos que naquele momento estavam já reticentes ao nazismo, senão mesmo hostis, era muitas vezes praticamente impossível separar o apoio a Hitler e ao seu regime da determinação patriótica de evitar a derrota e a ocupação estrangeira. Hitler representava, afinal, a defesa fanática do Reich. Remover Hitler (como foi tentado em julho de 1944) poderia ser e era visto por muitos, numa repetição do mito de 1918, como uma «punhalada nas costas». Um fator não menos importante, como toda a gente tinha consciência, era que o ditador mantinha ao seu dispor um aparelho implacável de aplicação das ordens e de repressão. O medo (ou, pelo menos, uma extrema cautela) desempenhava um papel óbvio no comportamento da maioria. Mesmo os mais poderosos sabiam que tinham de proceder com cautela. Quaisquer que fossem os motivos, o efeito era o mesmo: o poder de Hitler foi apoiado até ao fim.

Quando o fim se aproximava e com o governo central quase completamente fragmentado, as decisões de vida e de morte foram descendo cada vez mais na hierarquia até aos níveis regional, distrital e local, de tal modo que indivíduos como o comandante militar de Ansbach adquiriram um poder executivo arbitrário e letal. Mas esta radicalização das bases, embora crucial para a irracionalidade crescente da fase final, teria sido impossível sem o encorajamento, a autorização e a «legitimação» providenciadas do alto, da liderança de um regime que se encontrava no fim e não estava sujeito a quaisquer desafios internos.

Por isso, talvez o elemento mais fundamental na tentativa de encontrar respostas para a questão como e porque o regime resistiu até ao ponto da destruição total gire em torno das estruturas e das mentalidades do «poder carismático». A combinação desta abordagem com uma avaliação diferenciada das formas como o povo alemão reagiu à catástrofe que se avizinhava proporciona a possibilidade de obter uma avaliação mais pormenorizada das razões por que o poder nazi conseguiu continuar a funcionar até ao fim.

Os capítulos que se seguem obedecem a uma ordem cronológica, começando pelo período subsequente ao atentado bombista fracassado de 20 de julho de 1944 – uma cesura nas estruturas governamentais do Terceiro Reich – e prolongando-se até à capitulação em 8 de maio de 1945. Combinando a história estrutural e a história das mentalidades e estudando a sociedade alemã nos seus vários estratos, a abordagem narrativa tem a virtude de possibilitar a descrição de forma precisa das fases dramáticas do colapso do regime e, ao mesmo tempo, a sua resistência espantosa e desafio desesperado no apoio a uma causa cada vez mais obviamente perdida. Em todo o livro, concentrar-nos-emos exclusivamente na Alemanha: o que pensavam, planeavam e faziam os Aliados – eles mesmos muitas vezes perplexos perante a determinação alemã de continuar a lutar em circunstâncias desesperadas – não faz parte da análise. Evidentemente, foi de grande importância para o decurso da guerra, e, em última instância, foi decisivo para o que aconteceu nos campos de batalha nos vários teatros de guerra. No entanto, como não pretendo escrever uma história militar, os estádios relevantes do avanço dos Aliados na Alemanha, no Leste e no Ocidente são sucintamente resumidos, essencialmente, para proporcionar um enquadramento da avaliação subsequente.

Como conhecemos o fim da história, é difícil não nos interrogarmos porque os seus contemporâneos não viram tão claramente como nós vemos em retrospectiva que a guerra estava claramente perdida, pelo menos, quando os países aliados ocidentais consolidaram os desembarques em França e o Exército Vermelho avançou pela Polónia no verão de 1944. Mas, surpreendentemente até muito tarde, não foi assim que os Alemães avaliaram a situação. Sem dúvida, sabiam que os grandes projetos de 1941-1942 não poderiam ser concretizados. Mas a liderança alemã, não só Hitler, acreditava que haveria ainda algo a ganhar com a guerra. A força de vontade e uma mobilização radical, pensavam, poderiam prolongar

o conflito até aparecerem novas «armas milagrosas». O esforço de guerra seria mantido a um tal ponto que os Aliados procurariam uma saída negociada para as suas perdas crescentes, à medida que o seu avanço fosse sendo bloqueado ou invertido. Verificar-se-ia uma cisão entre o Leste e o Ocidente e a Alemanha continuaria a manter algumas das suas conquistas territoriais e, por fim, com o auxílio do Ocidente, voltar-se-ia contra o inimigo comum, o comunismo soviético. Tais esperanças e ilusões, embora acalentadas por um número cada vez menor de cidadãos alemães (especialmente depois de o Exército Vermelho chegar ao Óder no final de janeiro de 1945), persistiram quase até ao fim. Portanto, mesmo na terrível fase final de morte e de devastação, perante perspectivas insuperáveis, entre uma série crescente de colapsos regionais, a luta prosseguiu, impulsionada por uma energia destrutiva cada vez mais irracional, mas autossustentável.

Tentar explicar como foi possível – como o regime, a desmoro-nar-se, conseguiu continuar a funcionar até o Exército Vermelho estar às portas da Chancelaria do Reich – é o objetivo deste livro.